

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/5558/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 019/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA REALIZAÇÃO: 27/DEZ/16

HORÁRIO: 10 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br.

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)**, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987 / 8º andar – Centro/Niterói – RJ, torna público que, devidamente autorizada pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na forma do disposto no processo administrativo n.º **200/5558/2014**, fará realizar, no dia **27 de dezembro de 2016, às 10 horas**, no **Auditório da Defesa Civil na Rua Coronel Gomes Machado, 258 – Centro – Niterói/RJ**, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme **ANEXO I** – Termo de Referência do Objeto, que será regido pelo disposto, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Municipal 9.614/2005, na Lei nº 8.666/1993, na Lei Complementar nº 123/2006 e, ainda, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas

1.2 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma cópia mediante a apresentação de uma mídia removível, na Comissão Permanente de Pregão – CPP, à Rua Visconde de Sepetiba, 987 – 8º andar – Centro – Niterói

1.3 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: **Rua Visconde de Sepetiba, 987 / 8º andar – Centro/Niterói, de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou através dos telefones (21) 2719-5741, no mesmo horário.**

1.3.1 Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

1.4 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: **Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – Centro – Niterói /RJ de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou, ainda, através do fac-símile n.º 2719-5741.**

1.5 Caberá à **Unidade Solicitante**, auxiliada pelo Comissão de Pregão, decidir sobre a impugnação, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

2 DO OBJETO

2.1 O Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA**, conforme as especificações constantes do **ANEXO I** – Termo de Referência do Objeto.

2.1.2 O produto deverá possuir prazo de garantia de 12 (doze) meses.

2.1.3 Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

2.1.4 Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.

2.2 DA VISITA TÉCNICA

2.2.1 Visitas agendadas com Sr. Paulo Cesar Garrido, de segunda a sexta feira, das 10 às 15 horas, devendo o agendamento ser feito por telefone (21) 2722.2873.

3 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão Presencial Empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam às exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

3.2 Não será permitida a participação na licitação de empresa declarada inidônea, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ou tenha sido punido com pena de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Niterói.

3.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

4 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO:

4.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 79.601,33 (setenta e nove mil, seiscentos e um reais e trinta e três centavos)** conforme os valores constantes na **RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO – ANEXO II** deste edital.

4.2 O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando a Fundação Municipal de Saúde a utilizá-lo integralmente.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

5.1 A sessão para credenciamento, recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei que regulamenta o Pregão e em conformidade com este Edital e seus anexos.

5.2 Declarada a abertura da Sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

6 DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 As empresas participantes poderão ser representadas na Sessão de Pregão por ser representante legal que deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, que possuem os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame e somente estes poderão atuar em nome da Licitante.

6.2 No ato do credenciamento serão efetuadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação, através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

6.2.1 Se a empresa se fizer representar por seu sócio, proprietária, dirigente ou assemelhada deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da sua investidura;

6.2.2 Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Procuração com poderes específicos ou Carta de Credenciamento, conforme modelo **ANEXO III**, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

6.3 Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro no momento da licitação, fora de qualquer envelope.

6.4 No caso de apresentação de documento original, o mesmo será devolvido após as conferências necessárias;

6.5 Na hipótese em que a documentação correspondente ao credenciamento tenha sido incluída em qualquer dos envelopes – DE HABILITAÇÃO ou DE PROPOSTA DE PREÇO - será autorizado ao representante da empresa credenciadora que abra o envelope para a retirada dos mesmos, na presença dos demais Licitantes, devendo, em ato contínuo, ser o envelope novamente lacrado e devolvido ao lugar em que se encontrava.

6.6 Ficam as empresas cientes de que somente poderão participar da fase de lances verbais, bem como praticar os demais atos inerentes ao certame, aquelas cujos representantes se encontrem devidamente credenciados nos termos dos subitens anteriores.

6.7 As Licitantes que decidirem pelo envio dos Envelopes por portadores, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

6.8 Será admitido mais de um representante para cada licitante, facultado ao pregoeiro reduzir este número, se for para o melhor desenvolvimento da Sessão.

6.9 Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma Licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

7 DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DE SER MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Os licitantes apresentarão, no ato do credenciamento, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitação e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do **ANEXO IV**, sem inseri-la em quaisquer dos envelopes.

7.2 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar ao Pregoeiro, no ato do credenciamento e fora dos envelopes, declaração na forma do **ANEXO V**, de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei.

7.3 Caso a empresa se quede inerte na apresentação de tal documento, não poderá se valer da vantagem prevista.

7.4 Na hipótese do licitante não trazer os documentos mencionados já devidamente preenchidos, os mesmos poderão ser confeccionados no momento da realização da Sessão Pública, devendo ser assinado pelo representante legal do licitante que foi devidamente credenciado.

7.5 Ato contínuo, serão abertos os envelopes contendo a Proposta de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica.

7.6 No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubrica, aos participantes, na sessão marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8 DOS ENVELOPES

8.1 A Licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta de Preço e os seus Documentos de Habilitação em envelopes distintos, opacos, separados, fechados (colados ou lacrados), constando na parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

9 DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1 A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida no formato do [ANEXO VI – Proposta de Preços](#), impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo proponente ou seu representante legal.

9.2 A proposta deverá ainda:

- a) Fazer referencia a esta licitação, indicar nome ou razão social do proponente, número do CNPJ, inscrição municipal e/ou estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (**e-mail**), este último se houver, para contato.
- b) A proposta de preço deverá conter a descrição dos produtos cotados, inclusive as marcas, bem como modelos e/ou referencia do mesmo, com a indicação do número do lote ou item, no caso da licitação ser por lote, a indicação do código correspondente a cada item que compõe o lote, com base [Anexo I – Termo de Referência do Objeto](#).
- c) A indicação do preço unitário de cada item e o seu valor total e, finalmente, o valor total do lote, na hipótese da licitação ser por lote, com base [Anexo I – Termo de Referência do Objeto](#).
- d) O oferecimento pelo licitante do lote ou item indicado implica em aceitação e entrega de todos os itens descritos no lote, ou do próprio item, conforme TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, com suas especificações e quantidades, sem qualquer restrição, sob pena de invalidação e não aceitação da proposta ofertada.
- e) É permitido às empresas Licitantes apresentarem propostas para um ou mais lotes/itens que compõem o objeto deste Edital
- f) Menção de ser optante ou não optante do [SIMPLES NACIONAL](#).
- g) Declarar que os itens ofertados estão em conformidade com as especificações contidas no [ANEXO I – Termo de Referência do Objeto](#), deste Edital.
- h) Declarar que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim abrange todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.
- i) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- j) Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.
- k) Conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- l) A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, fixos e irremovíveis, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.
- m) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real) com no máximo 02 (duas) casas decimais - exemplo: R\$ 0,01 (um centavo), em algarismos e por extenso, não podendo ser igual a zero.

9.3 No caso de haver divergência entre os preços unitários e os totais, assim como os preços expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o menor desde que exequível.

9.4 Caso o licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta de preço será desclassificada.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso seja omissa ou apresente irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.6 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 O critério de julgamento desta licitação obedecerá ao disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 45 da Lei 8.666/93, a saber, a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, e ainda, ao disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração atendimento às exigências deste Edital, sendo considerada(s) vencedora(s) a(s) Licitante(s) que obtiver(em) o menor preço, consoante as especificações do [Anexo I – Termo de](#)

Referência do Objeto. O objeto deste Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for considerada vencedora.

10.2 Serão classificados pelo Pregoeiro para participar da fase de lances o autor da proposta de menor preço e os demais licitantes que apresentarem as propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

10.3 Se não houver pelo menos 3 (três) ofertas de acordo com o subitem anterior, serão proclamados classificados para participarem da fase de lance os proponentes que apresentarem as melhores preços, até no máximo de 3 (três) ofertas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.4 O Pregoeiro consultará se entre os Licitantes existe alguma microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de verificar a ocorrência de empate e dar a possibilidade de novo lance, nos moldes do artigo 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

10.5 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será aplicado o disposto no art.3º, §2º da Lei 8.666/93, com o intuito de favorecer a indústria nacional. Na hipótese de persistir o empate será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.6 Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor preço.

10.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

10.8 O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata de Sessão.

10.9 O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.10 Sendo apta e aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação do proponente que a tiver formulado.

10.11 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, salvo manifestação imediata e motivada da vontade de recorrer, no que se observará o disposto no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002.

10.12 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos.

10.13 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os Licitantes presentes.

10.14 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

10.15 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na Proposta específica, prevalecerão as da Proposta.

10.16 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11 DA ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no Edital.

11.2 O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além da Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (**anexo VII**), da Declaração de Idoneidade (**anexo VIII**), modelo de declaração de superveniência (**XI**) e declaração de optante do simples (**anexo X**), devidamente preenchidos, os seguintes Documentos de Habilitação:

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de

sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.2.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.2.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

12.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos.

12.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.3.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

12.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e de Encerramento do livro contábil e respectivo registro na Junta

Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3 A comprovação da boa situação financeira da empresa será demonstrada através dos cálculos do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 01, aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

12.3.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme permissão do § 3º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3.5 As pessoas jurídicas constituídas há menos de 01 (um) ano, apresentarão o balanço patrimonial correspondente ao período de sua existência ou a demonstração contábil que permita a aferição de sua situação patrimonial, econômica e financeira (balancete).

12.3.6 As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, com seu respectivo registro no órgão de classe

12.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

II - apresentação do registro no conselho regional de engenharia de arquitetura – CREA, comprovando através da certidão de registro e quitação de pessoa jurídica do CREA.

III - atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove a licitante (ou responsável técnico) ter prestado serviços, de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

12.5 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

12.5.1 Todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração, na forma do **Anexo VII**, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.5.2 Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

12.6 DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

12.6.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.6.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.6.3 As declarações que forem disponibilizadas pela *internet*, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.

12.6.4 As declarações que não forem disponibilizadas pela *internet* e que não possuírem em seu bojo a data de validade, terão para o certame validade de 90 (noventa) dias.

12.6.5 O Licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de

informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, caso a Pregoeira tome conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade do Licitante, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas no Edital.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

13.2 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira considerar o proponente inabilitado.

13.5 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sitio eletrônico oficial e hábil a conferência.

13.6 Documentos apresentados com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, a critério da Administração, poderá ser firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Fundação Municipal de Saúde para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante e-mail ou telefone, indicados pela empresa na proposta, para que seja assinado ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.5.1 Caso o segundo colocado não aceite firmar a contratação nos termos da proposta vencedora, será facultado a Fundação Municipal de Saúde analisar a oferta deste e as subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

14.5 A licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, deverão também ser fornecidos os seguintes documentos técnicos:

14.6 Descritivo funcional dos principais componentes; esquemático de interligação dos componentes da CENTRAL TELEFONICA, rotinas de manutenção preventiva, procedimentos de inicialização e localização de defeitos; interpretação das principais falhas, manual de operação dos sistemas e console/mesa da atendente/telefonista; manual simplificado de usos dos aparelhos telefônicos.

14.7 Toda documentação técnica fornecida deverá estar redigida em português, mesmo que esteja mais simplificada, apenas em casos de análise mais apurada de determinados componentes, quando necessário, é que serão aceitos materiais na língua inglesa.

14.8 Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato deverá ser entregue uma Pasta de Documentação Técnica da central telefônica contendo, no mínimo as seguintes informações: Plano de Face da CENTRAL

TELEFONICA; com a ocupação dos gabinetes da CENTRAL TELEFONICA, indicando-se todos os slots em uso e disponíveis para ampliação e os componentes/placas instalados, com suas respectivas modularidades (nas placas de tronco e ramais), disposição e identificação das simbologias adotadas. Todos os códigos, abreviaturas e simbologias utilizadas devem estar devidamente discriminadas - Identificação de todos os ramais e troncos programados na CENTRAL TELEFONICA, com indicação de suas classes de serviço; Identificação dos blocos terminais usados pelo PABX, com sua respectiva ocupação;

14.9 Relação dos códigos de facilidades ativadas na CENTRAL TELEFONICA (em uso ou não);

14.9.1 Fotos digitais dos gabinetes (externo e interno), dos modelos de aparelhos telefônicos digitais, analógicos e terminais de atendimento da CENTRAL TELEFONICA;

14.9.2 Indicação de modelos e marcas dos aparelhos telefônicos, da CENTRAL TELEFONICA e das versões de software de gerenciamento/supervisão da CENTRAL TELEFONICA;

14.9.3 Indicação da faixa de ramais ativa na central e tronco principal da CENTRAL TELEFONICA.

Obs: Esta Pasta Técnica deverá ser sempre atualizada pelos técnicos da CONTRATADA após cada atendimento local.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Edital;

15.2 Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente objeto;

15.3 Exercer a fiscalização do da entrega do objeto;

15.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do certame contrato, nas formas definidas no edital e no Termo de Referência.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1 Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos, conforme especificado no instrumento convocatório;

16.2 Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

16.3 Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do certame;

16.4 Comunicar ao Fiscal do responsável pela entrega, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para a adoção das providências cabíveis;

16.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

16.6 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1 O objeto do contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

17.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

17.3 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

17.4 Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

17.5 O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas nos subitens do item 13, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

18 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRAZO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1 O prazo de entrega dos itens/lotes e ativação do sistema descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho, que será

enviada via fax à(s) Licitante(s) vencedora(s).

18.2 Os itens/lotos desta licitação deverão ser entregues e instalados na **CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU 192 - Athayde Parreira nº 266 Bairro de Fátima em dia útil (de 2ª a 6ª feira) das 09:00h às 12:00h e 13:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira.**

18.3 É imprescindível que as datas e os horários da entrega sejam comunicados a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, por escrito, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas úteis. **18.4** Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte.

18.5 As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa dos originais.

18.6 - O recebimento do objeto será realizado pelo **CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU 192 ALCEN** de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens/lotos na Sede da Prefeitura.
- b) Definitivamente: Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a consequente aceitação e/ou recusa

19 INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO

19.1 Todos os itens entregues serão inspecionados no ato do Recebimento Provisório, objetivando avaliar a conformidade do fornecimento com relação ao quantitativo e às especificações técnicas, comparando-os com as discriminações contidas nas Notas Fiscais que os acompanham e o contido na Proposta de Preços e documentos.

19.2 Será feita uma verificação da integridade física dos itens recebidos, de forma a assegurar que nenhum tipo de dano possa ter sido causado aos mesmos durante o transporte.

19.3 Após a Inspeção de Recebimento, a **Unidade Solicitante** emitirá Certificado de Conformidade onde constará o número da Nota Fiscal e declaração que indique que o(s) item(ns) recebido(s) está(ão) de acordo com a discriminação constante na mesma.

19.4 Caso seja considerado que a discriminação constante da Nota Fiscal está insuficiente para assegurar a conformidade com as especificações técnicas, será feito no ato uma Discriminação Complementar ou Corretiva, documento este que deverá ser assinado pelas partes (fornecedor/adquirente)

19.5 Os itens não aprovados deverão ser substituídos pela(s) empresa(s) Licitante(s), bem como deverá ser providenciada a complementação dos itens faltantes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do envio, via fax pela **Fundação Municipal de Saúde de Niterói**, do referido Termo de Recusa, no qual constarão as desconformidades com as especificações e/ou quantitativos.

19.6 Os custos das substituições dos itens rejeitados e das entregas dos itens faltantes na sede da Fundação Municipal de Saúde de Niterói correrão exclusivamente por conta da(s) Licitante(s) vencedora(s).

19.7 O fornecedor será responsável pela retirada dos itens não aprovados na sede da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, bem como pela entrega dos itens em substituição e/ou faltantes, arcando com os referidos custos.

19.8 Caso as substituições dos itens não aceitos não ocorram em até 5 (cinco) dias úteis, ou o novo fornecimento também seja rejeitado, estará(ão) a(s) Licitante(s) vencedora(s) incorrendo em atraso na entrega, sujeita(s) à aplicação das penalidades cabíveis.

19.9 Após decorrido o prazo de avaliação, a **Unidade Solicitante** emitirá o Certificado de Aceitação, que será encaminhado via fax à(s) ou e-mail empresa(s) Licitante(s), com a discriminação dos itens testados e aprovados.

19.10 Os itens não aprovados serão listados em um Termo de Recusa, no qual constarão as desconformidades verificadas, que será encaminhado via fax à(s) empresa(s) Licitante(s), ficando esta(s) obrigada(s) a efetuar(em) a substituição dos referidos itens, cumprindo as mesmas condições estabelecidas quando da recusa na fase do Recebimento Provisório.

19.11 O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da(s) adjudicatária(s) pelo perfeito estado dos itens fornecidos, cabendo-lhe(s) sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de suas utilizações, sem quaisquer ônus financeiros para a **Fundação Municipal de Saúde de Niterói**.

20 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1 A Execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 2 (dois) membros designados pela **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme ato de nomeação.

20.2 O acompanhamento será realizado pelos servidores **Maria Cosme Maurício De Freitas – Mat. 435.558-2 – Assistente Administrativa e Maria Da Conceição Dos Santos – Mat. 436.072 – 3 – Administrativa.**

21 O PAGAMENTO

21.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 207

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.305.0052.2263

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.00

21.1.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

21.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, em parcela única ou parcelado, conforme cronograma de execução do contrato, mediante crédito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

21.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

21.3 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE** na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

21.4 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) **de acordo com o empenho gerado no ato da contratação.**

21.5 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

21.6 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, CNPJ: 32.556.060/0001-81, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – Centro – Niterói/RJ.

21.7 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura, os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

21.8 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, a Fundação Municipal de Saúde isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

21.9 Já estarão retido na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

21.10 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

21.11 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pela Taxa Referencial - TR e juros moratórios de

0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

22 DA GARANTIA

22.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **72 horas (setenta e duas horas)**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **5 % (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

22.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

22.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de **72 horas (setenta e duas horas)**, para que seja mantido o percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

22.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de **72 horas (setenta e duas horas)**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

22.5 O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

23 DOS RECURSOS

23.1 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

23.3.1 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

23.3.2 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

23.3.3 Se for acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

24.2 DO RECURSO À SESSÃO PÚBLICA

24.2.1 Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

24.2.2 Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá àqueles que manifestarem a intenção de recorrer, prazo suficiente para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

24.2.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

24.2.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

24.2.5 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

24.4.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto o Pregoeiro.

25 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

25.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

25.3 A sanção prevista na alínea **b** desta ITEM poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

25.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

25.5 A multa administrativa prevista na alínea **b** não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

25.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

25.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

25.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

25.9 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

25.10 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 É facultado a **Fundação Municipal de Saúde**, quando convocada(s) a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e esta(s) não aceitar(em) os prazos e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão Presencial.

26.2 É facultado ao Licitante ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.3 Fica assegurado a **Fundação Municipal de Saúde** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

26.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **Fundação Municipal de Saúde** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos de todas as Licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

26.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

26.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante no timbre deste edital, até dois dias úteis antes da data de abertura dos Envelopes.

26.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem utilizados os serviços.

26.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do término.

26.13 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.14 DO TREINAMENTO

26.14.1 Deverá ser prestado treinamento para os funcionários designados pela CONTRATANTE abrangendo o funcionamento de forma geral.

26.14.2 Todo material didático necessário aos treinamentos e orientações dos usuários deverá ser fornecido pela CONTRATADA e devem estar redigidos sempre em português.

26.14.3 No primeiro dia útil da ativação do Sistema, a CONTRATADA deverá disponibilizar técnico para esclarecimento de dúvidas por parte dos usuários do sistema.

26.15 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

26.15.1 Deverá ser assegurado pela Licitante vencedora, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento final dos equipamentos, serviços de assistência técnica corretiva.

26.15.2 Manutenção Corretiva – A manutenção corretiva da CENTRAL TELEFONICA e seus periféricos (microcomputador, ATA, aparelhos telefônicos e softwares) deverá ser realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, para eliminação de falhas de uso normal no Sistema, através de envio de técnicos da CONTRATADA.

26.15.3 Esta manutenção caracteriza-se pelo ajuste necessário, com ou sem substituição de peças, hardware ou software, para total eliminação das falhas ou defeitos, visando recolocar o sistema em perfeitas condições de funcionamento.

26.15.4 Prazo de Atendimento Normal – após notificação da eventual anomalia do Sistema, o atendimento deverá ocorrer em até 03 (três) horas úteis. Este prazo será contabilizado no período das 08 hs às 17 hs, de segunda à sexta-feira.

26.15.5 Prazo para substituição de aparelhos telefônicos – os aparelhos telefônicos com defeito deverão ser substituídos no prazo máximo de até 03 (três) horas úteis após o chamado, e os demais em 08 (oito) horas úteis.

26.15.6 Este prazo será contabilizado no período de Segunda-feira à Sexta-feira (08 às 17hs), ficando a critério da CONTRATADA deixar na localidade aparelhos, quando então ficará isenta de atender este prazo.

26.15.7 Deverá ser mantido no estoque da CONTRATADA back-up dos principais componentes do Sistema, como módulos de CPU, sinalização, troncos e ramais, fontes de alimentação, de forma que seja possível o fiel cumprimento dos prazos acima.

26.15.8 Suporte de Software – A CONTRATADA deverá prestar os seguintes serviços de suporte de software, quando necessário:

26.15.9 Correção de Softwares – Deverá efetuar a instalação de correções de softwares utilizados pelo Sistema, de forma a solucionar deficiências e/ou prevenir situações que possam gerar falhas.

26.15.10 As correções de softwares normalmente são decorrentes de falhas de programação detectadas durante a sua utilização.

26.15.11 Efetuar atualização do back-up da base de dados do Sistema após cada atendimento técnico que envolva alguma alteração na sua programação, ficando uma cópia do backup na sede da CONTRATANTE.

26.16 INSTALAÇÃO DO SISTEMA

26.16.1 A instalação do Sistema de Telefonia Digital deverá observar as exigências da(s) Operadora (s) de Telecomunicações, Normas e Práticas aplicáveis da ANATEL, recomendações do Fabricante e demais orientações aqui prescritas.

26.16.2 Caberá à CONTRATADA a completa instalação de todos os sistemas de telefonia aqui descritos, incluindo fornecimento de materiais e serviços necessários a este fim, tais como: blocos terminais, cabos telefônicos, canaletas, fios elétricos, dentre outros acessórios.

26.16.3 Caberá à CONTRATADA instalar, às suas custas, toda a infra-estrutura necessária a instalação do PABX até o seu distribuidor de linhas – IP, bem como sua interligação com o sistema informatizado no seu microcomputador.

26.16.4 Nos serviços acima deverão estar inclusos, sempre que necessária restauração de áreas afetadas na implantação do sistema, como alvenarias, forros, divisórias e outros.

26.16.5 Outras adequações que não sejam do encargo da CONTRATADA devem ser informadas a Fiscalização do contrato para as devidas providências.

26.16.6 Se necessário, caberá à Contratada fornecer racks ou suportes apropriados à fixação e instalação do gabinete do PABX.

26.16.7 As linhas de tronco usadas pelo PABX devem estar devidamente identificadas e protegidas por blocos protetores contra surtos.

26.16.8 Se necessário, ficará a cargo da CONTRATADA levar o condutor de terra do DG de telefonia do prédio até o DG do PABX, para a conexão aos blocos de linhas. Se não houver aterramento no DG do prédio, deve providenciá-lo.

Obs: os blocos terminais de linhas externas e internas devem estar conectados ao barramento de terra do quadro.

26.17 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência do Objeto.

Anexo II- Relação de Itens da Licitação

Anexo III- Modelo de Carta de Credenciamento.

Anexo IV – Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Anexo V– Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.

Anexo VI – Modelo Proposta de Preço.

Anexo VII – Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Idoneidade.

Anexo IX – Modelo de Declaração de Superveniência.

Anexo X – Modelo de Declaração de Optante pelo Simples.

Anexo XI – Minuta da Portaria de Designação do Gestor

Anexo XII – Minuta de Contrato de Compra

26.18 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

26.19 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

26.20 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

MARIA CELIA VASCONCELLOS
Presidente da FMS
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

1 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A principal filosofia do SAMU é atender ao paciente onde quer que ele esteja – em casa, na rua, no trabalho – procurando amenizar a superlotação das emergências nos hospitais.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas.

O socorro começa com a chamada gratuita, feita para o telefone 192. A ligação é atendida por técnicos que identificam a emergência e transferem o telefonema para um médico, que faz o diagnóstico da situação e inicia o atendimento no mesmo instante, orientando o paciente, ou a pessoa que fez a chamada, sobre as primeiras ações.

De acordo com a situação do paciente, o médico pode orientar a pessoa a procurar um posto de saúde, enviar ao local uma ambulância com auxiliar de enfermagem e socorrista ou uma UTI móvel, com médico e enfermeiro. Ao mesmo tempo ele avisa sobre a emergência ao hospital público mais próximo para que a rapidez do tratamento tenha continuidade.

O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas, que atendem as ocorrências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Por isso a importância de uma nova implantação de telefonia mais moderna e informatizada onde nos possibilitará maior rapidez ao nosso atendimento.

2 - OBJETO

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA

Produtos, Materiais e serviços que deverão ser fornecidos para este Projeto

Pabx IP com:

20 ramais sip,

08 ramais administrativos;

Call center com 11 Posições de atendimento PA´s e 01 Posição de Supervisão

01 entroncamento digital E1 (protocolo ISDN)

04 interfaces celular para utilização dos chips GSM (embutidas)

04 troncos analógicos (4 FXO)

12 aparelhos IP para PA´s

12 head set´s para as PA´s

08 aparelhos IP para os ramais administrativos

Licença de uso do software de Call Center , licença de uso do

sistema de gravação para ate 12 posições de atendimento simult/aneamente executada

diretamente no PABX. Backup direto em HD.

- Instalação dos softwares e sistemas ofertados.

- Treinamento e instruções de uso do sistema.

- Instalação de todos os sistemas e softwares fornecidos.

Principais Atividades e Estratégias do Projeto.

Fornecimento dos produtos .

- Fornecimento do material e entrega no local da execução.
- Acondicionamento e transporte de todo o material para execução.

Montagem.

- Montagem de todos os materiais fornecidos.

3 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

Descritivo técnico dos equipamentos.

- A solução de CPCT deve possuir, no mínimo, a seguinte capacidade:

- 020 ramais IP, sendo 12 com licenças e software de call center;
 - 004 troncos analógicos;
 - 004 interfaces celular GSM;
 - 001 link digital ISDN primário;
 - Call Center embarcado para 11 PAs e 1 Supervisor;
 - Gravação para 12 ramais simultaneamente.
- Cada CPCT deve permitir expansão para:
- Até 126 ramais IP;
 - Até 120 troncos SIP,
 - Até 02 entroncamentos digitais TDM (2x E1).

Funcionalidades da CPCT

- Ligações por telefonia fixa
- Ligações por telefonia móvel
- Entrada de chamadas para um ramal ou grupo
- Chamada em espera
- Consulta
- Transferência cega/assistida
- Transferência sem retorno
- Captura geral, em grupo e individual
- Estacionamento de chamadas
- Pêndulo o Música de espera
- Cadeado
- Hotline
- Warmline
- Chamada para grupo
- Bina DTMF/FSK o Flexibilidade de regras de discagem (Roteamento)
- DID (Discagem Direta a Ramal)
- Leitura, envio e recebimento de SMS via interface web
- Envio de grupos de SMS
 - Envio de SMS pré gravado
 - Rechamada
 - Pega-trote
 - Porteiro analógico
 - Atendimento automático
 - Perfis de ramal
 - Turnos - Ajuste de configuração para turnos
 - URA
 - Transmissão e recepção de FAX
 - Conferência para até 30 participantes
 - Bloqueio de chamada a cobrar
 - Bloqueio de DDD e DDI

- **Bloqueio de chamada para celular**
- **Fidelização de operadoras**
- **Flash na linha**
- **Análise de chamada em progresso**
- **Bilhetagem**

Funcionalidades de Call Center

- **PA's Multi skill**
- **Autoatendimento**
- **Gravação de chamadas**
- **Discador automático**
- **Relatórios de chamadas por PA's, grupos, skills, campanhas**
- **Protocolo para interface com aplicações CTI**
- **URA com TTS (Text to Speech)**
- **URA com STT (Speech to Text)**
- **Torpedos de voz via URA**

– A CPCT deve possibilitar a utilização da tecnologia VoIP através de placas internas, que suportem o protocolo SIP, que devem ser integradas a central telefônica e suportar no mínimo as seguintes características:

- Suportar QOS (Quality of Service)
- Suportar VAD (Voice Activity Detection)
- Suportar Cancelamento de Eco
- Suportar o envio de fax através do padrão T.38
- Suportar os codecs de voz padrões G.711 e G.729A para entroncamento.
- Suportar os codecs de voz padrões G.711, G.729A e G.722.
- Suportar às RFCs 3261, 3262, 3264, 3311, 3581, 3960 e 4028;
- Suporte a IPv4
- Suporte a HTTP

– A CPCT deve possibilitar a utilização de aparelhos IP e softphone IP com tecnologia proprietária e SIP;

Aparelhos IP:

Devem Suportar:

PoE (Power Over Ethernet) (IEEE 802.af)

Disponibilizar:

- 2 linhas e 12 teclas de memória
- LCD com no mínimo 128 x 64 pixels
- HD Voice

Teclado de funções

- 4 teclas programáveis (via software)
- 2 teclas de linha
- 6 teclas de navegação (botão de seta, botão OK, botão C)
- Ajuste de volume, viva-voz, interrupção de som (mudo), fone de ouvido, caixa de mensagens, menu, catálogo telefônico, serviço, retenção (hold), rediscagem, conferência e transferência.

Protocolos de Comunicação

- Protocolo VoIP: SIP 2.0
- Protocolo de rede: HTTP, BOOTP, FTP, TFTP, IEEE 802.1Q
- Qualidade do Serviço: TOS, Jitter Buffer, VAD, CNG, G.168 (32ms)

Decodificação de voz

- Codecs: G.723.1, G.729 A/B, G.711 A/U, G.722

Rede

- 2xRJ45 10/100M Ethernet Interfaces (LAN/PC)
- Atribuição de IP: IP estático, DHCP, PPPoE
- Cliente DNS, VPN(L2TP), VLAN/QoS

Voz

- Voz HD: HD Codec/Handset/Speaker(Full-duplex)
- Disponível o modo de alça, fone de ouvido e viva-voz
- Suportar fones de ouvido PS2 ou RJ9(4P4C)
- Ajuste separado de volume de 9 níveis

Especificação dos Equipamentos / Material Permanente / Consumo

MATERIAL (Especificação Técnica)	CÓDIGO DO CATÁLOGO*	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
	“Sem código”.				

Adequação da Rede de Dados do cliente para VoIP

O fornecedor deverá realizar todas as adequações necessárias na rede de dados onde serão implantados os ramais IP do cliente.

Devem ser fornecidos todos os ativos e passivos de rede para realizar as referidas adequações.

Fornecer Switch 24 portas – 10/100 com QoS e PoE em todas as portas.

Seguem as especificações que devem ser atendidas:

Limiares da rede de dados para o tráfego de voz.

- Delay < 80ms (One Way)
- Jitter < 20 ms
- Packet Loss < 2%
- MOS > 3.6

A seguir estão descritos os limiares necessários para o trafego de Voz sobre IP:

Redes com mais de 80 ms de delay (one-way) entre dois end-points quaisquer, provavelmente produzirão uma qualidade de voz inaceitável para a maioria dos usuários.

Packet delay é o período de tempo que um pacote leva para atravessar a rede. Delay (latency) pode ter um efeito considerável em aplicações de convergência. A ferramenta utiliza

80ms (one-way delay ou 160ms round trip delay) como um limite que qualidade de voz (toll quality).

Abaixo seguem outras interpretações sobre delay e qualidade esperada.

Delay entre 80ms to 180ms (round-trip) pode oferecer qualidade de um bom nível (business communication quality). Esta qualidade é bem melhor que a dos telefones celulares e de fato são adequadas a maioria dos negócios.

Delays excedendo 180ms (round-trip) podem até ser aceitáveis dependendo das expectativas do clientes, da utilização de troncos analógicos, tipo de CODEC, etc.

Para assegurar uma boa qualidade de voz numa rede VoIP, a perda de pacote na rede deve ser menor que 2% (entre endpoints).

A perda de pacote da rede ocorre quando pacotes são enviados, mas não são recebidos no destino final devido a algum problema de rede.

Jitter pode criar problemas de qualidade de voz se a variação for maior que 20 ms (ou tamanho do payload de voz).

Jitter é a medida da variação de tempo (delay) que um pacote leva para atravessar de um entidade enviando o tráfego (aplicação) até o receptor, visto na perspectiva da camada de aplicação.

MOS (Mean Opinion Score) é um método subjetivo de medição de qualidade de voz.

MOS de 3.8 pode assegurar “business communication quality”

Toll - quality deverá atingir o Mean Opinion Score (MOS) de 4 ou superior.

DA GARANTIA DO PRODUTO

O produto deverá possuir prazo de garantia de 12 (doze) meses.

Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Deverá ser assegurado pela Licitante vencedora, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento final dos equipamentos, serviços de assistência técnica corretiva.

Manutenção Corretiva – A manutenção corretiva da CENTRAL TELEFONICA e seus periféricos (microcomputador, ATA, aparelhos telefônicos e softwares) deverá ser realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, para eliminação de falhas de uso normal no Sistema, através de envio de técnicos da CONTRATADA.

Esta manutenção caracteriza-se pelo ajuste necessário, com ou sem substituição de peças, hardware ou software, para total eliminação das falhas ou defeitos, visando recolocar o sistema em perfeitas condições de funcionamento.

Prazo de Atendimento Normal – após notificação da eventual anomalia do Sistema, o atendimento deverá ocorrer em até 03 (três) horas úteis. Este prazo será contabilizado no período das 08 hs às 17 hs, de segunda à sexta-feira.

Prazo para substituição de aparelhos telefônicos – os aparelhos telefônicos com defeito deverão ser substituídos no prazo máximo de até 03 (três) horas úteis após o chamado, e os demais em 08 (oito) horas úteis. Este prazo será contabilizado no período de Segunda-feira à Sexta-feira (08 às 17hs), ficando a critério da CONTRATADA deixar na localidade aparelhos, quando então ficará isenta de atender este prazo.

Deverá ser mantido no estoque da CONTRATADA back-up dos principais componentes do Sistema, como módulos de CPU, sinalização, troncos e ramais, fontes de alimentação, de forma que seja possível o fiel cumprimento dos prazos acima.

Suporte de Software – A CONTRATADA deverá prestar os seguintes serviços de suporte de software, quando necessário:

Correção de Softwares – Deverá efetuar a instalação de correções de softwares utilizados pelo Sistema, de forma a solucionar deficiências e/ou prevenir situações que possam gerar falhas.

Obs: As correções de softwares normalmente são decorrentes de falhas de programação detectadas durante a sua utilização.

Efetuar atualização do back-up da base de dados do Sistema após cada atendimento técnico que envolva alguma alteração na sua programação, ficando uma cópia do backup na sede da CONTRATANTE.

INSTALAÇÃO DO SISTEMA

A instalação do Sistema de Telefonia Digital deverá observar as exigências da(s)

Operadora (s) de Telecomunicações, Normas e Práticas aplicáveis da ANATEL, recomendações do Fabricante e demais orientações aqui prescritas.

Caberá à CONTRATADA a completa instalação de todos os sistemas de telefonia aqui descritos, incluindo fornecimento de materiais e serviços necessários a este fim, tais como: blocos terminais, cabos telefônicos, canaletas, fios elétricos, dentre outros acessórios.

Caberá à CONTRATADA instalar, às suas custas, toda a infra-estrutura necessária a instalação do PABX até o seu distribuidor de linhas – IP, bem como sua interligação com o sistema informatizado no seu microcomputador.

Nos serviços acima deverão estar inclusos, sempre que necessário, restauração de áreas afetadas na implantação do sistema, como alvenarias, forros, divisórias e outros.

Outras adequações que não sejam do encargo da CONTRATADA devem ser informadas a Fiscalização do contrato para as devidas providências.

Se necessário, caberá à Contratada fornecer racks ou suportes apropriados à fixação e instalação do gabinete do PABX.

As linhas de tronco usadas pelo PABX devem estar devidamente identificadas e protegidas por blocos protetores contra surtos.

Se necessário, ficará a cargo da CONTRATADA levar o condutor de terra do DG de telefonia do prédio até o DG do PABX, para a conexão aos blocos de linhas. Se não houver aterramento no DG do prédio, deve providenciá-lo.

Obs: os blocos terminais de linhas externas e internas devem estar conectados ao barramento de terra do quadro.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Deverá ser entregue, junto com a proposta comercial, a seguinte documentação técnica (impressa): catálogos técnicos e manuais simplificados descrevendo as características, especificações e recursos de todos os componentes ofertados e o plano de face simplificado descrevendo a ocupação de cada gabinete da CENTRAL TELEFONICA.

Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, deverão também ser fornecidos os seguintes documentos técnicos:

- descritivo funcional dos principais componentes; esquemático de interligação dos componentes da CENTRAL TELEFONICA,

rotinas de manutenção preventiva, procedimentos de inicialização e localização de defeitos; interpretação das principais falhas, manual de operação dos sistemas e console/mesa da atendente/telefonista; manual simplificado de usos dos aparelhos telefônicos.

Toda documentação técnica fornecida deverá estar redigida em português, mesmo que esteja mais simplificada, apenas em casos de análise mais apurada de determinados componentes, quando necessário, é que serão aceitos materiais na língua inglesa.

Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá ser entregue uma Pasta de Documentação Técnica da central telefônica contendo, no mínimo as seguintes informações: Plano de Face da CENTRAL TELEFONICA; com a ocupação dos gabinetes da CENTRAL TELEFONICA, indicando-se todos os slots em uso e disponíveis para ampliação e os componentes/placas instalados, com suas respectivas modularidades (nas placas de tronco e ramais), disposição e identificação das simbologias adotadas. Todos os códigos, abreviaturas e simbologias utilizadas devem estar devidamente discriminadas - Identificação de todos os ramais e troncos programados na CENTRAL TELEFONICA, com indicação de suas classes de serviço; Identificação dos blocos terminais usados pelo PABX, com sua respectiva ocupação;

Relação dos códigos de facilidades ativadas na CENTRAL TELEFONICA (em uso ou não);

- Fotos digitais dos gabinetes (externo e interno), dos modelos de aparelhos telefônicos digitais, analógicos e terminais de atendimento da CENTRAL TELEFONICA;

- Indicação de modelos e marcas dos aparelhos telefônicos, da CENTRAL TELEFONICA e das versões de software de gerenciamento/supervisão da CENTRAL TELEFONICA;

- Indicação da faixa de ramais ativa na central e tronco principal da CENTRAL TELEFONICA.

Obs: Esta Pasta Técnica deverá ser sempre atualizada pelos técnicos da CONTRATADA após cada atendimento local.

TREINAMENTO

Deverá ser prestado treinamento para os funcionários da designados pela CONTRATANTE abrangendo o funcionamento de forma geral.

Todo material didático necessário aos treinamentos e orientações dos usuários, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA e devem estar redigidos sempre em português.

No primeiro dia útil da ativação do Sistema, a CONTRATADA deverá disponibilizar técnico para esclarecimento de dúvidas por parte dos usuários do sistema.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Incumbe à CONTRATADA cumprir com as seguintes obrigações:

Fornecer componentes de boa qualidade, conforme cotado em sua proposta de preços, de maneira a propiciar a mais alta confiabilidade e segurança contra fraudes e violações;

Assumir inteira responsabilidade pela perfeita entrega e instalação dos componentes e cumprimento dos prazos e especificações técnicas aqui estabelecidas;

Efetuar a troca imediata dos componentes que estiverem em desacordo com as especificações e condições aqui estabelecidas ou que apresentem algum vício, defeito ou incorreção de fabricação, sem qualquer ônus para a CORRDENAÇÃO REGIONAL ALTO PURUS;

Fazer uso de mão de obra especializada na prestação dos serviços de instalação e assistência técnica aqui estipulados;

Cumprir com as demais obrigações previstas em Contrato e neste Termo de Referência.

PRAZO PARA ENTREGA E ATIVAÇÃO DO SISTEMA:

Prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

4 - LOCAIS DAS ENTREGAS DO BEM/SERVIÇOS

Athayde Parreira nº 266 Bairro de Fátima – CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU 192

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO (INFORMADO PELO FISCAL DO CONTRATO)

Forma única e imediata

6 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Paulo Cesar Garrido (Diretor Administrativo)

FISCAIS: MARIA COSME MAURÍCIO DE FREITAS – NAT. 435.558-2 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – MAT. 436.072 – 3 - ADMINISTRATIVA

7 - ESTIMATIVA DO VALOR

A estimativa realizada pelo DEADI é de R\$ 79.601,33 (setenta e nove mil, seiscentos e um reais e trinta e três centavos)

8 - BLOCO DE FINANCIAMENTO / COMPONENTE

FONTE: 207

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.305.0052.2263

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.00

9 – AÇÃO VINCULADA NA PAS

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- VISITAS AGENDADAS COM SR. PAULO CESAR GARRIDO, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 10 ÀS 15 HORAS DEVENDO O AGENDAMENTO SER FEITO POR TELEFONE (21) 2722-2873

- A EMPRESA DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DE ARQUITETURA – CREA, COMPROVANDO ATRAVÉS DA CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA.

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EXPEDIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, REGISTRADO NO CREA, APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMINENTE, QUE COMPROVE A LICITANTE (OU RESPONSÁVEL TÉCNICO) TER PRESTADO SERVIÇOS, DE MANEIRA SATISFATÓRIA, COMPATÍVEIS EM CARACTERÍSTICAS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

Paulo Cesar Garrido
Mat. FMS 437.248-8
Administrador SAMU 192-Metropolitana II

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(s) Sr.(a)(s) _____, portador(a)(s) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, suprarefenciada, na qualidade de Representante Legal da empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO V – MODELO – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço completo),
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de direito, na
qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo CRF/RJ, na modalidade de Pregão Presencial, que é
() MICRO EMPRESA ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, cumprindo os requisitos legais para efeito de
qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei
Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei,
não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20____.

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO VI – MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ **CEP:** _____
CIDADE: _____ **ESTADO:** _____
TELEFONE: _____ **FAX:** _____
E-MAIL: _____

Nº do Lote ou Item		
Código do Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE ou do ITEM		

Valor total do Lote ou Item: R\$ _____
(em algarismos)
(por extenso) _____

- () Optante pelo Simples Nacional
() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no **ANEXO I** – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO VII - MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço completo),
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO VIII - MODELO - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____ (nome da empresa), CNPJ _____
(número de inscrição), sediada _____ (endereço completo),
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de
PROPONENTE da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade de **Pregão
Presencial Nº 19/2016**, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de
suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

ANEXO IX – MODELO – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____, CNPJ _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 20__.

(Local)

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

ANEXO X- MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, _____ de _____ de _____.

(Local)

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº. 200/5558/2014

PREGÃO nº 19/2016

ANEXO XI - M I N U T A DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR

Portaria FMS/FGA nº /2016

A presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato _____, Processo _____, do Pregão _____, cujo objeto é a prestação de serviços de _____,

Para atender a _____.

Nome do Gestor: _____.

Art. 2º - Indicar (Gestor Substituto – qualificação), para responder nas faltas e impedimentos do Gestor Responsável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Niterói, de de 2016.

MARIA CELIA VASCONCELLOS
Presidente da FMS
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO XII

MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA

Contrato nº _____ / ____

CONTRATO DE GARANTIA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA REFERENTE À AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA, – QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E _____ .

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Sra. Presidente **MARIA CÉLIA VALLADARES VASCONCELLOS**, portadora da Carteira de Identidade nº **29.629.268-3 EX – IPF** e inscrita no CPF sob o nº **799.957.567-49** e a empresa _____, situada na Rua _____ nº ____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliado na Rua _____ nº ____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato de **COMPRA** de _____, com fundamento no processo administrativo nº **200/5558/2014**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 (completar), do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a “**GARANTIA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA**” referente à **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA**, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

1.2 - O período de Garantia (Assistência Técnica) dos equipamentos é de 12 (doze meses) (mínimo de doze meses (12) contados a partir da data da assinatura do contrato).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no instrumento convocatório;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) fornecer componentes de boa qualidade, conforme cotado em sua proposta de preços, de maneira a propiciar a mais alta confiabilidade e segurança contra fraudes e violações;
- h) assumir inteira responsabilidade pela perfeita entrega e instalação dos componentes e cumprimento dos prazos e especificações técnicas aqui estabelecidas;
- i) Efetuar a troca imediata dos componentes que estiverem em desacordo com as especificações e condições aqui estabelecidas ou que apresentem algum vício, defeito ou incorreção de fabricação, sem qualquer ônus para a **CORRDENAÇÃO REGIONAL ALTO PURUS**;
- j) Fazer uso de mão de obra especializada na prestação dos serviços de instalação e assistência técnica aqui estipulados;
- l) Cumprir com as demais obrigações previstas em Contrato e neste Termo de Referência.
- m) Prazo para entrega e ativação do sistema é de no máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

n) DA GARANTIA DO PRODUTO

- O produto deverá possuir prazo de garantia de 12 (doze) meses.
- Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito

o) DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- deverá ser assegurado pela Licitante vencedora, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento final dos equipamentos, serviços de assistência técnica corretiva.
- manutenção Corretiva – A manutenção corretiva da **CENTRAL TELEFONICA** e seus periféricos (microcomputador, ATA, aparelhos telefônicos e softwares) deverá ser realizada sempre que solicitada pela **CONTRATANTE**, para eliminação de falhas de uso normal no Sistema, através de envio de técnicos da **CONTRATADA**.
- esta manutenção caracteriza-se pelo ajuste necessário, com ou sem substituição de peças, hardware ou software, para total eliminação das falhas ou defeitos, visando recolocar o sistema em perfeitas condições de funcionamento.
- prazo de Atendimento Normal – após notificação da eventual anomalia do Sistema, o atendimento deverá ocorrer em até 03 (três) horas úteis. Este prazo será contabilizado no período das 08 hs às 17 hs, de segunda à sexta-feira.
- prazo para substituição de aparelhos telefônicos – os aparelhos telefônicos com defeito deverão ser substituídos no prazo máximo de até 03 (três) horas úteis após o chamado, e os demais em 08 (oito) horas úteis. **26.6** este prazo será contabilizado no período de Segunda-feira à Sexta-feira (08 às 17hs), ficando a critério da **CONTRATADA** deixar na localidade aparelhos, quando então ficará isenta de atender este prazo.
- deverá ser mantido no estoque da **CONTRATADA** back-up dos principais componentes do Sistema, como módulos de CPU, sinalização, troncos e ramais, fontes de alimentação, de forma que seja possível o fiel cumprimento dos prazos acima.
- suporte de Software – A **CONTRATADA** deverá prestar os seguintes serviços de suporte de software, quando necessário:
- correção de Softwares – Deverá efetuar a instalação de correções de softwares utilizados pelo Sistema, de forma a solucionar deficiências e/ou prevenir situações que possam gerar falhas.
- as correções de softwares normalmente são decorrentes de falhas de programação detectadas durante a sua utilização.
- efetuar atualização do back-up da base de dados do Sistema após cada atendimento técnico que envolva alguma alteração na sua programação, ficando uma cópia do backup na sede da **CONTRATANTE**.

p) DO TREINAMENTO

- Deverá ser prestado treinamento para os funcionários designados pela CONTRATANTE abrangendo o funcionamento de forma geral.
- Todo material didático necessário aos treinamentos e orientações dos usuários deverá ser fornecido pela CONTRATADA e devem estar redigidos sempre em português.
- No primeiro dia útil da ativação do Sistema, a CONTRATADA deverá disponibilizar técnico para esclarecimento de dúvidas por parte dos usuários do sistema.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificados:

NATUREZA DAS DESPESAS: **44.90.52.00**

FONTE DE RECURSO: **207**

PROGRAMA DE TRABALHO: **2543.10.301.0051.1498**

NOTA DE EMPENHO:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 2 (dois) membros designados [pela Presidente](#), conforme ato de nomeação.

O acompanhamento será realizado pelos servidores: [Maria Cosme Maurício De Freitas – Mat. 435.558-2 – Assistente Administrativa e \[Maria Da Conceição Dos Santos – Mat. 436.072 – 3 – Administrativa.\]\(#\)](#)

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de **15 (quinze) dias**, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo [da Fundação Municipal de Saúde de Niterói](#).

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____), a ser realizado em ____ (____) parcelas, conforme cronograma de execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____) cada uma delas, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pela **Fundação Municipal de Saúde de Niterói**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pela **Fundação Municipal de Saúde de Niterói**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento a **Fundação Municipal de Saúde – FMS, sito à Rua Visconde de Sepetiba, 987/8º andar – Centro – Niterói-RJ, até ____ dias/horas após a entrega de cada parcela.**

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pela **Taxa Referencial – TR** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, para que seja mantido o percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de ____ (____) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a Fundação Municipal de Saúde poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**, observada a regra prevista no parágrafo sexto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção prevista na alínea **b** desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa prevista na alínea **b** não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a **CONTRATADA** por perdas e danos das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO SEXTO – Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação da sanção prevista na alínea **d** é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO OITAVO – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO NONO – Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de

10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e exposto consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

PARÁGRAFO QUARTO - O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, _____ de _____ de _____.

NOME DO ÓRGÃO
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA